

1 Ao décimo quarto dia do mês de abril, às 14h, o Comitê de Bacia Hidrográfica  
2 da Baía da Ilha Grande iniciou sua sexagésima terceira Reunião Ordinária  
3 Plenária do biênio 2020-2022, realizada excepcionalmente por  
4 videoconferência, contendo os seguintes itens de pauta: **1- Abertura; 2-**  
5 **Aprovação da pauta; 3- Aprovação da ata da 62ª R.O.P; 4- Deliberação,**  
6 **descentralização de recursos para Prefeitura de Angra dos Reis no intuito**  
7 **de se realizar as obras de instalação dos biodigestores nas comunidades**  
8 **indicadas no Acordo de Cooperação Técnica; 5- Proposta de parceria na**  
9 **execução das demandas de planejamento do "Programa Sanear**  
10 **Costeira"; 6- Apresentação das ações priorizadas pelo Manual Operativo**  
11 **do Plano de Recursos Hídricos; 7- Apresentação sobre a importância da**  
12 **adesão ao monitoramento da Governança (Ângelo Lima – Observatório**  
13 **das Águas); 8- Apresentação do projeto de Saneamento Ecológico da**  
14 **Aldeia Araponga (OTSS – FIOCRUZ); 9- Assuntos Gerais.**

15

16 **Presentes na reunião: Poder Público-** Pedro França (DEFESA-  
17 CIVIL/RJ), Leonardo Battestin (Subsecretaria de Povos Comunidades  
18 Tradicionais de Paraty, Rosangela Nunes (FUNAI), Sylvia Chada  
19 (ICMBio) e Daniela Teixeira (SEMAM). **Sociedade Civil-** Ulisses Mansur  
20 (BMEIG), Domingos Oliveira (NÚCLEO), Anderson Sato (UFF),  
21 Lamounier Erthal (UFRRJ), Júlio Garcia Karai (OTSS), Samyr Mariano  
22 (MOVE) e Tito Cals (FIOCRUZ). **Usuários-** Luís Paulo Silva do  
23 Nascimento (DAE), Cesar Bassi (Eletronuclear), (Cláudia Maria Moreira  
24 Cerqueira (Condomínio Laranjeiras) e Raquel Freitas (Águas de Paraty).  
25 **Secretaria Executiva-** Vitor Lisboa (AGEVAP), Matheus Miguel  
26 (AGEVAP), Kátia Regina Raimundo Cardoso (AGEVAP) e Aryane Vieira  
27 da Silva (AGEVAP). **Convidados:** Alessandra Filgueiras (INEA/SEAS),  
28 Adriana Schueler (UFRRJ), Mayná Coutinho (CEDAE) Fernando  
29 Meirelles (PST Ambiental) e Pommy Yara Romancini (PST Ambiental),  
30 Angelo Lima (OGA Brasil) e Mirella Motta (OGA Brasil).

31

32 **1-Abertura; 2- Aprovação da pauta; 3- Aprovação da ata da 62ª R.O.P:** Sr.  
33 Luís Paulo iniciou a reunião dando boas-vindas a todos. Comentou que mais  
34 cedo esteve com o INEA e que pessoas de outros comitês elogiaram a Plenária  
35 do CBH-BIG por ser muito focada e perspicaz sobre os assuntos e apesar de  
36 ser comitê novo, já estão amadurecendo esse sistema de gestão.

37 Sr. Matheus informou que foi solicitada algumas alterações na ata por e-mail e  
38 que já foram consideradas. Em seguida foi feita a leitura da pauta e da ata,  
39 onde ambas foram aprovadas por unanimidade.

40 Sr. Sato comentou que os últimos dias na região da costa verde, foram dias  
41 muito difíceis o que atrapalhou na sugestão e indicação de um ponto pauta.  
42 Solicitou que seja incluído um ponto de pauta para uma moção de pesar às  
43 vítimas dos desastres causados pelas chuvas nos municípios de Angra dos  
44 Reis e Paraty. Os membros concordaram.

45 Sr. Lamounier falou sobre a pauta, onde será apresentado o monitoramento de  
46 governança pelo Observatório das Águas e informou que possuem na  
47 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, um Observatório do Território da  
48 Baía da Ilha Grande (OTBIG), onde trabalham com foco específico em  
49 desenvolvimento territorial e agricultura. Disse que gostaria que o observatório  
50 pudesse fazer uma apresentação na próxima reunião, pois considera ser um  
51 importante instrumento que também poderia somar e agregar com o comitê,  
52 assim como o protocolo de monitoramento. Os membros concordaram.

53 Sr. Ângelo disse que podem fazer uma parceria dos observatórios, visto que o  
54 foco deles vai além da gestão de recursos hídricos e o OGA possui foco nas  
55 instâncias do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

56 Os membros concordaram com a inclusão do ponto de pauta na próxima  
57 reunião para apresentação da UFRRJ sobre o observatório.

58 **4. Deliberação, descentralização de recursos para Prefeitura de Angra dos**  
59 **Reis no intuito de se realizar as obras de instalação dos biodigestores**  
60 **nas comunidades indicadas no Acordo de Cooperação Técnica:** Sr. Pedro  
61 França informou sobre o acordo de cooperação técnica que o comitê possui  
62 com a Prefeitura de Angra dos Reis, com o intuito de realizar o tratamento de  
63 efluentes na Baía da Ilha Grande. Informou que ao assinar o termo, o SAAE  
64 tinha uma previsão de gasto e de investimento diferente de hoje.

65 Fez uma breve apresentação sobre projeto de implantação dos sistemas  
66 alternativos de coleta e tratamento de efluentes na localidade de Japariz e  
67 disse que o SAAE possui a expectativa de ampliar essa cooperação e solicitar  
68 apoio financeiro ao comitê para a instalação dos sistemas, pois para que a  
69 atividade seja viabilizada, é preciso todo um planejamento.

70 Explicou que as residências possuem sistemas de esgotamento através de  
71 valas de infiltração, fossa filtro e sumidouros, entretanto os residuais de  
72 cozinha dos restaurantes são direcionados para as caixas de gordura e  
73 posteriormente, encaminhadas ao despejo. E que a proposta seria além de  
74 implantar os biodigestores, fazer um sistema que comportasse os efluentes dos  
75 restaurantes e encaminhar para um ponto de equalização.

76 Informou que o SAAE pretende implantar outras estações no município e irão  
77 consumir todo o recurso do SAAE e da Prefeitura, pois estão buscando  
78 resolver as demandas que elegeram como prioridade nos anos anteriores. Sr.  
79 Pedro informou que o custo para instalação dos biodigestores e construção de  
80 rede coletora para os restaurantes será muito alto, sendo assim, o SAAE  
81 solicita a ampliação do convênio para que o comitê financie o custo, que ficaria  
82 em torno de R\$ 755.783,71.

83 Sr. Sato disse que existe um desafio administrativo burocrático, devido ao  
84 acordo de cooperação técnica e esse acordo não prevê repasse de recursos  
85 financeiros e que caberia ao município de Angra, arcar com suas despesas e  
86 responsabilidades, mas que podem pensar na construção de outro instrumento  
87 que viabilize esse tipo de repasse diretamente para a Prefeitura.

88 Questionou sobre a divergência de valores, visto que no ofício encaminhado  
89 pelo SAAE consta R\$ 600.000,00. Falou sobre a importância de memória de  
90 cálculo para que o comitê possa saber como o SAAE chegou a esses valores e  
91 como ele estará distribuído ao longo do tempo.

92 Sr. Pedro informou que ainda não receberam os biodigestores e não possuem  
93 previsão da chegada e os custos estão variando ao longo do tempo e que os  
94 biodigestores são direcionados apenas para unidades residenciais, pois não  
95 atende a pousadas e restaurantes.

96 Com relação ao repasse de recursos disse que precisa ser conversado com a  
97 AGEVAP e que há uma divergência nos valores, pois havia combinado de  
98 solicitar ao comitê o valor da instalação e do coletor tronco. Informou que o que

99 o valor foi definido em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) devido à variação  
100 dos preços e que encaminhou ao comitê, a planilha de implantação do  
101 biodigestor e do emissário para que todos tenham ciência.

102 Sr. Luís Paulo completou que seria muito importante que o comitê tivesse  
103 condições de custear essas ações, entretanto possuem outras ações a serem  
104 contempladas.

105 Sr. Sato comunicou que não se sente à vontade para votar no momento, pois  
106 muitas informações estão sendo apresentadas agora para os membros.  
107 Sugeriu como encaminhamento, que o SAAE faça uma apresentação mais  
108 detalhada para o GAP e para a próxima plenária.

109 Sr. Matheus informou que existe a possibilidade de fazer uma reunião  
110 extraordinária para deliberar sobre o assunto e com relação aos recursos,  
111 informou que haviam calculado R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) que sairia  
112 do eixo de saneamento e que a empresa que irá fornecer os biodigestores será  
113 a empresa Fortlev. Informou que o processo está em fase de homologação e  
114 assinatura do diretor-presidente para que o contrato seja encaminhado para  
115 análise jurídica e acredita que os biodigestores sejam entregues no próximo  
116 mês.

117 Com relação ao repasse para a prefeitura, Sr. Vitor disse que jurídico falou  
118 sobre a possibilidade de criar um termo aditivo no plano de trabalho e com isso  
119 seria criado um instrumento, onde o repasse de recursos é feito pela Caixa  
120 Econômica Federal, mas para isso o município deve ter todas as certidões.

121 Após discussão, os membros decidiram votar e tomar uma decisão na próxima  
122 plenária.

123 **5. Proposta de parceria na execução das demandas de planejamento do**  
124 **"Programa Sanear Costeira"**: Sr. Luís Paulo fez uma breve apresentação  
125 sobre o programa Sanear Costeira que tem como objetivo, levar o saneamento  
126 para as regiões isoladas, em comunidades de difícil acesso e como  
127 benefícios, podem possibilitar a redução de doenças, a valorização do turismo,  
128 melhorias de indicadores, melhoria da qualidade de vida e redução de impacto  
129 ambiental. Mostrou um esboço do sistema de abastecimento de água na vila de  
130 Trindade, onde pretende ampliar o sistema. Informou que com esse projeto  
131 serão beneficiadas as comunidades de Ponta Negra, Ponta Grossa Ilha do  
132 Araújo, Ilha do Cedro e Ilha do algodão que estão dentro da APA de Cairuçu.

133 Informou que trouxe a proposta para o comitê, com o objetivo de captar recurso  
134 para contratar projetos executivos para água e esgotos para todas essas  
135 comunidades e que o valor previsto para esses projetos está avaliado em R\$  
136 500.000,00 (quinhentos mil reais).

137 Sr. Leonardo complementou que as comunidades Caiçaras por serem de difícil  
138 acesso, possuem carência de diversos tipos de serviço e dentro dessa  
139 perspectiva, avalia-se a necessidade de que levar o saneamento para essas  
140 comunidades, que demandará um esforço muito grande e custo alto. Reforçou  
141 que é preciso um estudo muito detalhado para esses projetos, pois observa-se  
142 que existem muitas oportunidades de recursos e que não consegue acessar,  
143 pela falta de projetos definidos.

144 Sr. Júlio comentou que observando essas comunidades, o que mais preocupa  
145 é a falta de saneamento.

146 Sr. Sato apontou que as duas últimas pautas, envolvem repasses de recursos  
147 financeiros com montantes altos e por se tratar de recursos públicos, é preciso  
148 todo cuidado para entender a finalidade dos projetos e embasamento científico  
149 para implementação desses projetos.

150 Informou que no ofício do DAE, compartilhado junto a pauta da Plenária, não  
151 possuía informação de que haveria votação para deliberação sobre repasse de  
152 recursos, pois o ofício fala em uma pactuação para elaboração de projetos  
153 técnicos científicos, por tanto, não se sente confortável em votar devido à falta  
154 de detalhamento.

155 Sr. Vitor informou que a diretoria está pensando na possibilidade de fazer uma  
156 reunião extraordinária para votação. Sr. Luís Paulo informou que pode  
157 apresentar um detalhamento do projeto e que é preciso uma pactuação do  
158 comitê para que se possa fomentar condições para programa.

159 Sr. Ulisses informou que o comitê ainda vem aprendendo com a contratação de  
160 preços elevados, reforçando que deve haver uma comunicação e detalhamento  
161 dos projetos e que a saída é agendar uma reunião extraordinária.

162 Sr. Luís Paulo concordou em retomar a pauta em outro momento.

163 Sr. Pedro opinou que o comitê fortalecer a câmara técnica para amadurecer  
164 esse tipo de termo e ter clareza de tudo que for solicitado ao comitê.

165 Sr. Domingos comentou que está sentindo essa deficiência não só no comitê,  
166 mas em diversas instituições, pois não utilizam o gerenciamento integrado.  
167 Informou que já fez essa proposta ao comitê.

168 **6. Apresentação das ações priorizadas pelo Manual Operativo do Plano de**  
169 **Recursos Hídricos:** Sr. Fernando fez uma breve apresentação das ações  
170 priorizadas no MOP, onde foi criada as agendas azul, verde e laranja. Informou  
171 que as agendas foram criadas de acordo com as macros diretrizes  
172 estabelecidas no Plano de Recursos Hídricos, suas ações e Objetivos de  
173 Desenvolvimento Sustentável 2030.

174 Informou também sobre a programação da Oficina MOP-BIG, e do evento para  
175 discutir o futuro da Baía da Ilha Grande a partir da implantação do PRH-BIG,  
176 que serão realizados no dia 04 de maio. Reforçou que o evento será um  
177 momento importante para aproximar os representantes políticos.

178 Sr. Anderson Sato comentou que quando foi elaborado o termo de referência, o  
179 comitê tratou dos eventos extremos de maneira parcial e que nessa linha, o  
180 MOP focou somente na falta de chuva. Reforçou que hoje um dos maiores  
181 problemas da região é o excesso de chuva, que além dos desastres, também  
182 ocasionou problemas de abastecimento de água. Pediu para inserir na  
183 discussão do MOP os eventos extremos por excesso de chuva e colocar como  
184 uma das prioridades do MOP. Sr. Fernando informou que conversou com Sr.  
185 Vitor sobre a possibilidade de incluir eventos extremos nas análises de  
186 medidas estruturantes e não estruturantes. Mas esclareceu que o MOP não  
187 pode reescrever o plano.

188 **7. Apresentação sobre a importância da adesão ao monitoramento da**  
189 **Governança (Ângelo Lima – Observatório das Águas):** Sr. Ângelo fez uma  
190 breve apresentação para os membros sobre o protocolo de monitoramento do  
191 OGA Brasil e os benefícios do monitoramento da governança das Águas.  
192 Informou que existe um processo político na gestão das águas e o desafio é a  
193 construção do diálogo para que ocorra a gestão das águas. Explicou que o  
194 OGA Brasil é uma rede multissetorial que reúne 61 instituições do poder  
195 público, organizações da sociedade civil e setor privado, além de 20  
196 pesquisadores, com o objetivo de gerar, sistematizar, analisar e difundir  
197 informações das práticas de governança das águas, pelos atores e instâncias  
198 do SINGREH, por meio do acompanhamento de suas ações.



199 Sr. Ângelo. mostrou o modelo de governança e informou que possuem dois  
200 termos de adesão e que vários comitês de bacia aderiram ao monitoramento da  
201 governança. Falou sobre o cenário e dos eventos extremos da região, que  
202 reforçam a grande importância da governança. Informou que no Brasil, Cerca  
203 de 35 milhões de pessoas não possuem acesso a água com isso estão  
204 enfrentando muitos conflitos pela água.

205 Ao final de sua apresentação, Sr. Ângelo disse que alguns comitês que  
206 aderiram ao protocolo por decisão de diretoria, ou plenária e alguns realizaram  
207 uma oficina antes de decidir.

208 Os membros se mostraram interessados e decidiram aderir à governança. A  
209 decisão ocorreu por unanimidade.

210 **8. Apresentação do projeto de Saneamento Ecológico da Aldeia Araponga**  
211 **(OTSS – FIOCRUZ);** Sr. Tito Cals fez uma breve apresentação do projeto de  
212 saneamento ecológico, que conta com a participação social e explicou que a  
213 demanda do saneamento é necessária em 100% das comunidades  
214 tradicionais. Informou que o Observatório vem se reunindo com o CBH-BIG há  
215 um ano e as articulações duraram bastante tempo, pois a FIOCRUZ nunca  
216 havia participado de um acordo de parceria com repasse de recursos.

217 Explicou que foi conversado com os atores envolvidos no projeto o papel de  
218 cada um e após, foi realizada uma oficina de apresentação para conhecer a  
219 comunidade, as pessoas, desenvolver um diagnóstico e definir a tecnologia  
220 para o tratamento de esgoto e partir disso, iniciar a implantação do projeto.

221 Informou que para esse projeto priorizam utilizar a mão de obra local e como  
222 principais soluções para a comunidade, pensaram em biodigestores da Home  
223 Biogás, que são fáceis de transportar, fácil instalação, não necessita de  
224 escavação e como benefício, produz biogás com restos de comida e que  
225 pensaram em instalar junto, um vaso náutico que possui descarga econômica e  
226 que informou outra possível solução é a bioete, onde podem ser descartadas  
227 tanto água de vasos sanitários, como águas cinzas, apresentam de 70 a 80 cm  
228 de profundidade e não tem produção de lodo, devido a colônias de bactérias a  
229 qual o sistema possui. Informou que o custo total do projeto ficará em torno de  
230 R\$ 134.355,19.

231 Os membros parabenizaram o Sr. Tito Cals pelo projeto apresentado e pelo  
232 modelo de saneamento escolhido.

233 **9. Assuntos Gerais:** Sr. Luís Paulo pediu para que seja feito um ofício para as  
234 instituições e lideranças políticas sobre s oficina do MOP.

235 Sobre a moção de pesar às vítimas da tragédia de Petrópolis, Sr. Luís Paulo  
236 pediu para que o Sr. Sato encaminhe a minuta à plenária por e-mail, para  
237 aprovação.

238 Sr. Matheus fez uma leitura da carta enviada pela Cooperativa Serra do Mar,  
239 encerrando a participação no programa de educação ambiental “Não jogue seu  
240 óleo pelo ralo”. Também fez uma leitura da carta que o comitê encaminhou ao  
241 Inea, solicitando fiscalização ambiental às empresas que fazem coleta de óleo  
242 de forma irregular. Sr. Domingos disse que é preciso uma resposta oficial dos  
243 órgãos. Sr. Luís Paulo sugeriu agendar uma reunião com o secretário de meio  
244 ambiente dos dois municípios, para discutir o assunto.

245 Sr. Sato sugeriu a volta de reuniões presenciais. Sr. Luís Paulo disse que vão  
246 propor na próxima reunião de diretoria.

247 **Encerramento:** Sem mais assuntos gerais, às 18:44 min, o Sr. Luís Paulo  
248 agradeceu a todos pela participação deu por encerrada a reunião.

249

250

251

252

253

254

(original assinada)

255

Luís Paulo do Nascimento (DAE)  
Diretor Presidente

256

(original assinada)

Leonardo Battestin (Secretaria  
Adjunta de Povos e Comunidades  
Tradicionais - Paraty)  
Diretor Secretário